

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Considere as afirmativas relacionadas ao tipo de encontro consonantal que ocorre em palavras como "blusa" e "flanco". Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

1. () É o encontro de consoante + vogal.
2. () É o encontro de consoante + "l" ou "r".
3. () É o encontro de duas consoantes pertencentes a sílabas diferentes.

Assinale a alternativa com a sequência respectivamente correta:

- A) F – V – F
- B) V – V – V
- C) V – F – F
- D) F – F – F

2. Na palavra "pernilongo", qual é o significado do sufixo "longo" após a aglutinação?

- A) Curto
- B) Pequeno
- C) Grande
- D) Rápido

3. Qual das palavras abaixo é um exemplo de substantivo próprio?

- A) livro
- B) Joana
- C) mesa
- D) cachorro

4. Em palavras compostas pelos elementos "aquém", "além", "recém", "sem", como é utilizada a grafia do hífen?

- A) Sempre se usa hífen.
- B) Nunca se usa hífen.
- C) Usa-se hífen apenas em palavras que começam com "sem".
- D) O hífen é opcional.

5. Analise as frases abaixo e determine qual(is) delas está(ão) corretamente construída(s):

- I. "Preciso estudar mas para obter uma nota melhor no próximo teste."
- II. "Ela queria mais informações antes de tomar uma decisão importante."
- III. "Queria ir à festa, mais tenho que acordar cedo amanhã."

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a frase I está correta.
- B) Apenas a frase II está correta.
- C) Apenas a frase III está correta.
- D) Apenas as frases II e III estão corretas.

6. Leia as frases abaixo e escolha a alternativa correta que completa cada uma das sentenças respectivamente:

Não entendo _____ você está reprovando em matemática.

Ela explicou o _____ de sua ausência na reunião.

- A) porquê; por que
- B) por que; porquê
- C) por quê; porque
- D) porque; porquê

7. Como são classificadas as vogais em relação ao timbre?

- A) Abertas e fechadas
- B) Nasais e orais
- C) Altas, médias e baixas
- D) Anteriores, centrais e posteriores

8. Identifique qual das seguintes opções apresenta um exemplo de ditongo:

- A) Quão
- B) Coelho
- C) Viu
- D) Caatinga

9. Considere as afirmativas relacionadas apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(_) tritongo é o nome que se dá à sequência, em uma mesma sílaba, de uma semivogal, uma vogal e outra semivogal, nessa ordem.

(_) tritongo é o nome que se dá à sequência, em uma mesma sílaba, de três vogais.

(_) tritongo é o nome que se dá à sequência, em sílabas separadas, de uma vogal, uma semivogal e outra vogal, nessa ordem.

Assinale a alternativa com a sequência, de cima para baixo, correta:

- A) V – V – F
- B) V – F – V
- C) V – F – F
- D) F – F – F

10. Em termos de análise linguística, o hiato também pode influenciar a métrica de um poema e a contagem de sílabas em versos.

Assinale a alternativa que contém hiato:

- A) Saguão
- B) Rei
- C) Crueldade
- D) Couve

MATEMÁTICA

11. Considere as afirmativas relacionadas à adição de números inteiros, apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() A soma de dois números inteiros positivos é sempre um número inteiro positivo.

() A soma de um número inteiro negativo com um número inteiro positivo é sempre negativa.

() O resultado da adição de um número inteiro com zero é sempre igual a zero.

Assinale a alternativa com a sequência respectivamente correta:

- A) V – F – V
- B) V – V – V
- C) V – F – F
- D) F – F – F

12. Calcule o resultado da subtração $123 - 48$.

- A) 65
- B) 75
- C) 95
- D) 85

13. Determine o produto da multiplicação 14×6 .

- A) 94
- B) 84
- C) 64
- D) 44

14. No contexto da divisão de números inteiros, qual das alternativas abaixo representa a definição adequada de "divisor"?

- A) O número pelo qual dividimos o dividendo para obter o quociente.
- B) A quantidade total que queremos dividir em partes iguais.
- C) O resultado da operação de divisão.
- D) O número que multiplica o divisor para chegar ao dividendo, com uma diferença que é o resto.

15. No estudo das frações e suas operações, é fundamental entender como as adições, subtrações, multiplicações e divisões são realizadas. Esses conceitos são essenciais não só para matemática básica, mas também para aplicativos práticos na vida cotidiana e em ciências. Assim, avalie as proposições:

I. A soma de duas frações com denominadores diferentes é obtida simplesmente somando os numeradores e somando os denominadores.

II. O produto de duas frações é obtido multiplicando os numeradores entre si e os denominadores entre si.

III. Para dividir uma fração por outra, mantemos a primeira fração inalterada e multiplicamos pelo inverso da segunda fração. Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a proposição II está correta.
- B) Apenas as proposições I e III estão corretas.
- C) Apenas a proposição III está correta.
- D) Apenas as proposições II e III estão corretas.

16. No contexto de operações básicas com frações, determine o resultado da seguinte soma: $\frac{1}{4} + \frac{3}{8}$.

- A) $\frac{1}{2}$
- B) $\frac{5}{8}$
- C) $\frac{3}{12}$
- D) $\frac{4}{12}$

17. Um grupo de estudantes decidiu plantar árvores em um parque local. No primeiro dia, eles plantaram 48 árvores. No segundo dia, eles plantaram o dobro do primeiro dia. No terceiro dia, eles plantaram 36 árvores a menos do que no segundo dia. Quantas árvores eles plantaram ao todo em três dias?

- A) 156 árvores
- B) 192 árvores
- C) 164 árvores
- D) 204 árvores

18. Um carro consome 8 litros de combustível para percorrer 160 quilômetros. Determine quantos litros de combustível são necessários para esse carro percorrer 240 quilômetros.

- A) 10 litros
- B) 15 litros
- C) 12 litros
- D) 18 litros

19. Para uma atividade de matemática focada em juros simples, vamos elaborar uma questão dentro do modelo proposto:

Considere as afirmativas relacionadas a juros simples, apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() O valor dos juros simples pode ser calculado pela fórmula $J = C * i * t$, onde J é o valor dos juros, C é o capital inicial, i é a taxa de juros e t é o tempo.

() Em um regime de juros simples, o valor dos juros é adicionado ao capital inicial a cada novo período.

() O montante acumulado em um regime de juros simples é dado pela soma do capital inicial com o valor dos juros acumulados no período.

Assinale a alternativa com a sequência, de cima para baixo, correta:

- A) F – F - V
- B) V – F – V
- C) V – F – F
- D) F – F – F

20. Um saco de farinha com peso de 5 kg custa R\$ 20,00. Qual seria o custo de 8 kg desse mesmo tipo de farinha, mantendo-se a mesma razão de preço por peso?

- A) R\$ 30,00
- B) R\$ 34,00
- C) R\$ 32,00
- D) R\$ 28,00

CONHECIMENTOS GERAIS

21. Considere as afirmativas relacionadas aos hinos nacionais do Brasil, apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

1. () O Hino Nacional Brasileiro foi composto por Joaquim Osório Duque Estrada (letra) e Francisco Manoel da Silva (música).

2. () O Hino da Bandeira, escrito pelo poeta Olavo Bilac, foi apresentado pela primeira vez em 1906.

3. () Dos hinos nacionais brasileiros, o mais antigo é o Hino da Independência, composto pelo próprio D. Pedro I.

Assinale a alternativa com a sequência respectivamente correta:

- A) V – F – V
- B) V – V – V
- C) V – F – F
- D) F – F – F

22. Considerando os elementos e significados da Bandeira de Minas Gerais, qual das seguintes afirmações é verdadeira?

A) A frase em latim “Libertas quae sera tamen” significa “Unidade apesar das diferenças”.

B) O triângulo vermelho representa a luta contra a Coroa Espanhola durante a Inconfidência Mineira.

C) A bandeira de Minas Gerais foi instituída pela lei 2.793, em 8 de janeiro de 1963, e apresenta um triângulo vermelho que simboliza a Santíssima Trindade, proposto por Tiradentes.

D) A atual bandeira foi desenhada por um poeta francês que se inspirou nos ideais da Revolução Francesa.

23. Referente ao Brasão (ou Escudo) do Estado de Minas Gerais, instituído pela lei nº 1, de 14 de setembro de 1891, e posteriormente aprovado pelo decreto nº 6.498, de 5 de fevereiro de 1924, qual das seguintes afirmações é correta sobre os elementos que compõem o brasão e seus significados?

A) O Brasão representa exclusivamente as riquezas naturais encontradas no estado, como rios e montanhas.

B) No Brasão, a presença de uma balança simboliza a principal atividade econômica do estado, a justiça.

C) O Brasão contém imagens de diamantes e ouro, diretamente representando os mineradores da região.

D) O Brasão é formado por elementos que simbolizam as maiores riquezas da época de sua primeira instituição: a mineração, representada pela luminária e picaretas, e a agricultura, representada pelos ramos de café e fumo.

24. Dentro do contexto dos símbolos nacionais do Brasil, identifique qual das alternativas corretamente descreve a composição da bandeira-insígnia da Presidência da República, que incorpora um dos quatro símbolos nacionais:

A) A bandeira nacional com um círculo amarelo ao centro, representando o sol e a prosperidade.

B) O Brasão da República aplicado sobre o fundo verde.

C) Um desenho estilizado da fauna brasileira, representando a biodiversidade do país.

D) Um mapa estilizado do Brasil em verde e amarelo, simbolizando a união das diferentes regiões do país.

25. O Selo Nacional carrega uma grande carga simbólica e legal. Seu desenho e elementos têm significados específicos que refletem a identidade, a cultura e os valores nacionais. Com isso em mente, avalie as seguintes proposições referentes ao Selo Nacional do Brasil:

I.O Selo Nacional do Brasil é baseado na esfera da bandeira nacional.

II.No Selo Nacional do Brasil há um círculo completo com os dizeres “Ordem e Progresso”.

III. O Selo Nacional do Brasil é usado para autenticar os atos de governo, os diplomas e certificados expedidos por escolas oficiais ou reconhecidas.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a proposição II está correta.
- B) Apenas as proposições I e III estão corretas.
- C) Apenas a proposição III está correta.
- D) Apenas as proposições II e III estão corretas.

26. Sobre o início da estrutura administrativa no Brasil, qual das seguintes ações foi tomada no ano de 1549 para organizar o governo colonial?

- A) Introdução do sistema de Capitánias Hereditárias como principal forma de administração.
- B) Fundação de Salvador, que se tornou a sede do Governo-Geral do Brasil.
- C) Criação do primeiro sistema de ensino superior no Brasil, com foco na educação dos nativos.
- D) Implementação do sistema de economia baseada exclusivamente na extração de pau-brasil.

27. Considerando as características e história da Bandeira de Bias Fortes, qual das seguintes afirmações é correta?

- A) A Bandeira de Bias Fortes tem proporções diferentes das da Bandeira Nacional e apresenta um desenho moderno e estilizado, abandonando completamente os elementos da bandeira antiga.
- B) O Brasão de Armas municipal, incluindo o desenho da tocha com as correntes, é colocado no centro da Bandeira de Bias Fortes, mantendo o campo da bandeira antiga.
- C) O heraldista Fernando Evangelista Ferreira Paes regulamentou o uso do Brasão de Armas e da Bandeira do Município através da Lei 186, de 15 de agosto de 1983.
- D) A Bandeira de Bias Fortes foi criada e regulamentada pelo Executivo Municipal, mas não contém nenhum elemento heráldico ou histórico em seu design.

28. Qual das seguintes afirmações sobre a história e a demografia de Bias Fortes é correta?

- A) O município era originalmente conhecido pelo nome de "Quilombo", em referência à sua história como um local de refúgio para quilombolas.
- B) Segundo o censo do IBGE em 2010, a população de Bias Fortes ultrapassou os 10.000 habitantes.

C) Bias Fortes manteve seu nome original desde a fundação, em homenagem ao democrata Crispim Jacques Bias Fortes.

D) A mudança de nome para Bias Fortes ocorreu no início do século XX, especificamente em 1920, por um ato federal.

29. Avalie as seguintes afirmações referentes aos tipos de vegetação predominantes no Estado de Minas Gerais. Classifique cada uma como Verdadeira (V) ou Falsa (F):

() Em Minas Gerais, a vegetação de Cerrado é predominante, cobrindo cerca de 50% do território, especialmente nas regiões das bacias dos rios São Francisco e Jequitinhonha.

() Campos de Altitude ou Campos Rupestres são caracterizados por uma vegetação de menor porte, predominando espécies herbáceas, com arbustos escassos e árvores raras e isoladas.

() A Mata Seca localiza-se no sul do Estado, particularmente no vale do rio São Francisco, e é caracterizada por plantas espinhosas, galhos secos e a redução de folhas durante a estação seca.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

A) V – V – F

B) V – F – V

C) V – F – F

D) F – F – F

30. A história econômica de Minas Gerais foi marcada por diversas fases e produtos. Com base na influência histórica da mineração e outras atividades agrícolas, qual das alternativas abaixo descreve corretamente a transição econômica vivenciada pelo estado?

A) A economia de Minas Gerais diversificou-se rapidamente após a descoberta de minas, com o desenvolvimento igualitário de várias atividades agrícolas.

B) Apesar da inicial dependência da mineração, Minas Gerais não conseguiu desenvolver outras áreas econômicas, mantendo-se exclusivamente como uma economia de exploração mineral.

C) A mineração dominou a economia mineira por muitos anos, retardando o desenvolvimento de outras atividades de exportação, mas a situação começou a mudar com o advento da produção e exportação de café.

D) A influência da mineração foi tão insignificante que Minas Gerais rapidamente se tornou um estado líder na produção e exportação de produtos agrícolas como açúcar, fumo e algodão.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Considere as afirmativas relacionadas à fonologia, apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

- 1.() Como não há necessariamente correspondência entre as letras e os fonemas
- 2.() Os fonemas da língua portuguesa são classificados em vogais, semivogais e consoantes.
- 3.() As vogais desempenham o papel de núcleo das sílabas. Em termos práticos, isso significa que em toda sílaba há necessariamente uma única vogal.

Assinale a alternativa com a sequência respectivamente correta:

- A) F – F – V
- B) V – V – V
- C) V – F – F
- D) F – F – F

2. Há alguns encontros vocálicos átonos e finais que são chamados de instáveis. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de encontro vocálico instável:

- A) Ideia
- B) Cantaram
- C) Tênuê
- D) Amaram

3. Assinale a alternativa que contém apenas dígrafo vocálico:

- A) Ascensão, campo
- B) Descendência, aquilo
- C) Guelra, questão
- D) Limpo, sunga

4. No contexto da linguística, qual das alternativas abaixo representa a definição adequada de ortoepia ou ortoépia?

- A) O nome que designa a parte da Fonologia que cuida da correta produção oral das palavras.
- B) Uma regra que define apenas a escrita correta das palavras, sem focar em sua pronúncia.
- C) Uma técnica utilizada exclusivamente em cirurgias médicas.
- D) O estudo das origens e histórias das palavras, com ênfase na sua evolução fonética.

5. No contexto das regras ortográficas da Língua Portuguesa, é importante conhecer o uso correto dos fonemas e suas respectivas representações gráficas para evitar erros de escrita. O FONEMA /g/ (representado pelas letras “g” e “j”) tem regras específicas para a sua correta aplicação. Usa-se a letra g:

Assim, avalie as proposições:

- I. nos substantivos terminados em -agem, -igem, -ugem.
- II. nas palavras terminadas em -ágio, -égio, -igio, -ógio, -úgio.
- III. nas formas dos verbos terminados em -gar.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a proposição II está correta.
- B) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- C) Apenas a proposição III está correta.
- D) Apenas as proposições II e III estão corretas.

6. Um dos aspectos interessantes da ortografia é o uso correto das vogais nas palavras. Em particular, a escolha entre 'u' e outras vogais pode mudar o significado de uma palavra ou torná-la incorreta. Considerando este aspecto da língua, analise as sequências abaixo e identifique aquela em que todas as lacunas devem ser preenchidas exclusivamente com a letra 'u', respeitando as regras ortográficas do português:

- A) c()rtume, escap()lir, man()sear, sin()site
- B) esg()elar, reg()rgitar, p()leiro, ent()pir
- C) emb()lia, c()rtir, emb()tir, c()ringa
- D) ()rticária, s()taque, m()cama, z()ar

7. No contexto das regras de acentuação gráfica da Língua Portuguesa, analise as seguintes afirmações sobre o uso de acentos em palavras paroxítonas e oxítonas. Qual das seguintes alternativas está correta?

- A) Todas as palavras oxítonas devem ser acentuadas, independentemente de sua terminação.
- B) As palavras paroxítonas nunca recebem acento, independente de sua terminação.
- C) Apenas as palavras monossilábicas recebem acento gráfico.
- D) As regras de acentuação se regem por princípio da economia.

8. Na formação de palavras da língua portuguesa, a prefixação é um processo em que um prefixo é adicionado à base de uma palavra. Considerando esse conceito, identifique qual das seguintes alternativas exemplifica corretamente o uso da prefixação:

- A) Apavorar
- B) Unhada
- C) Antiinflação
- D) Empastelar

9. Considere as afirmativas relacionadas às Regras de Acentuação na Língua Portuguesa, apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(_)proparoxítonas - são todas acentuadas.

(_)paroxítonas - são as palavras mais numerosas da língua e justamente por isso as que recebem menos acentos.

(_)As regras de acentuação foram criadas para sistematizar a leitura das palavras portuguesas. Assinale a alternativa com a sequência, de cima para baixo, correta:

- A) V – V – V
- B) V – F – V
- C) V – F – F
- D) F – F – F

10. Selecione a opção que se associa ao conceito de 'debilidade', considerando o significado dos sufixos:

- A) Derme
- B) Céfalo
- C) Astenia
- D) Doxo

MATEMÁTICA

11. Considere os diferentes subconjuntos dos números reais. Qual das seguintes alternativas representa corretamente um número pertencente ao conjunto dos números irracionais?

- A) $\sqrt{25}$
- B) 2.75
- C) $\sqrt{2}$
- D) -6

12. Dado o conjunto dos números reais, qual das seguintes afirmações é verdadeira?

- A) Todo número natural é também um número complexo.
- B) Os números reais formam um subconjunto dos números naturais.
- C) Os números complexos não incluem os números reais.
- D) Nenhum número real é também um número racional.

13. Uma empresa precisa de 15 funcionários para concluir um projeto em 20 dias, trabalhando 8 horas por dia. Devido a uma urgência no prazo de entrega, a empresa decidiu aumentar a jornada diária de trabalho para 10 horas. Quantos funcionários serão necessários para concluir o projeto em 15 dias, mantendo a mesma eficiência?

- A) 12 funcionários
 - B) 16 funcionários
 - C) 18 funcionários
 - D) 20 funcionários
- 2400=150X

14. Um veículo percorre 600 km em 8 horas, consumindo 40 litros de combustível. Se a velocidade e a eficiência do consumo de combustível permanecerem as mesmas, quantos litros de combustível serão necessários para que esse veículo percorra 900 km em 12 horas?

- A) 45 litros
- B) 60 litros
- C) 75 litros
- D) 90 litros

15. Em uma editora de livros, para imprimir uma determinada edição, sabemos que 3 impressoras, operando durante 5 dias, funcionando durante 4 horas por dia, conseguem imprimir 4.000 livros, que é a demanda mensal da editora. Durante o processo, uma das impressoras apresentou defeito, o que levou a editora a decidir por aumentar o número de dias de produção para 6 dias e o tempo de operação das impressoras para 8 horas por dia. Qual será a quantidade de livros impressos nessa nova configuração?

- A) 5.000 livros
- B) 6.000 livros
- C) 6.400 livros
- D) 7.000 livros

16. Uma padaria possuía 36 padeiros, conseguindo produzir 5.400 pães por dia, com uma jornada de trabalho diária dos padeiros de 6 horas. Entretanto, com a introdução de novas variedades de pães e uma campanha de marketing eficaz, o número de encomendas aumentou significativamente, elevando a demanda diária para 21.600 pães. Para atender a essa nova demanda, a padaria aumentou seu quadro de padeiros para 96. No entanto, a jornada de trabalho ainda precisa ser ajustada. Qual deve ser a nova jornada de trabalho diária dos padeiros para que a padaria consiga atender à demanda?

- A) 8 horas
- B) 9 horas
- C) 16 horas
- D) 24 horas

17. Um Barril de Envelhecimento de Vinho é uma forma de investimento na qual o cliente adquire participação no processo de envelhecimento do vinho, recebendo uma parte dos lucros, em condições pré-estabelecidas. Suponha que uma vinícola esteja oferecendo um Barril de Envelhecimento de Vinho com rendimento bruto (livre de impostos) de 1% ao mês, no sistema de juros compostos. Analisando a proposta, um cliente decide que poderá manter um investimento na vinícola por seis meses, obtendo uma taxa de:

- A) 6,00%
- B) 7,10%
- C) 6,50%
- D) 6,15%

18. Um serviço de streaming de vídeo pratica sobre o seu plano premium uma taxa de reajuste de 11% ao mês. Para cada R\$100 do plano premium, o serviço cobra R\$111 no primeiro mês, R\$123,21 no segundo mês, e assim por diante. Sobre um plano de R\$100, ao final de um ano, o serviço de streaming irá cobrar aproximadamente:

- A) R\$314,00
- B) R\$349,85
- C) R\$1.384,23
- D) R\$1.464,10

19. Um agricultor investe R\$ 1.000,00 na aquisição de sementes de uma planta especial, que se valoriza a uma taxa de crescimento composto de 2% ao ano devido à sua raridade e demanda. Determine o valor total das sementes após dois anos.

- A) R\$ 1.020,00
- B) R\$ 1.040,00
- C) R\$ 1.040,40
- D) R\$ 1.080,00

20. Uma característica fundamental das progressões aritméticas é a relação entre seus termos consecutivos. Dado isso, como podemos caracterizar o termo médio (a_n) entre dois termos consecutivos numa progressão aritmética, a_{n-1} e a_{n+1} ?

- A) O termo médio é sempre o dobro da soma dos termos das pontas.
- B) O termo médio é encontrado subtraindo o primeiro termo do último.
- C) O termo do meio é a média aritmética dos termos das pontas.
- D) O termo médio é sempre igual ao termo inicial mais a razão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Sobre a contabilidade pública e seu campo de aplicação, no cenário brasileiro, é correto afirmar que ela objetiva:

- A) Gerar informações financeiras para empresas privadas.
- B) Registrar e controlar atos e fatos da Administração Pública.
- C) Estudar e orientar práticas contábeis para o setor bancário.
- D) Realizar auditorias internas em organizações sem fins lucrativos.

22. “Com base no princípio [...], o orçamento deve ser uno, ou seja, as três esferas do orçamento (fiscal, investimentos das estatais e seguridade social) farão parte da Lei Orçamentária Anual”. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna pontilhada do texto apresentado:

- A) Do equilíbrio.
- B) Da Universalidade.
- C) Da base única.
- D) Da Unidade.

<p>23. Por ocasião da aprovação do orçamento público, valendo-se da obrigatoriedade e urgência em aprovar o projeto, alguns deputados pretendem incluir um artigo na Lei do Orçamento acerca da permissão da caça em período de piracema. Sobre essa situação hipotética, é possível afirmar que:</p> <p>A) A inclusão não pode ocorrer em razão do princípio da unidade.</p> <p>B) A inclusão não pode ocorrer em razão do princípio da exclusividade.</p> <p>C) A inclusão não pode ocorrer em razão do princípio da universalidade.</p> <p>D) A inclusão poderá ocorrer, haja vista que o projeto de lei orçamentária é um projeto de lei como qualquer outro, apenas devendo respeitar os requisitos formais e materiais previstos na Constituição Federal.</p>	<p>26. Determinado ente público está se preparando para a consolidação de suas demonstrações contábeis e, durante o processo, encontre divergências significativas nos valores registrados nos balanços patrimoniais dos seus entes dependentes. Sobre essa situação hipotética, é correto afirmar que ela deverá:</p> <p>A) Sugerir que os entes dependentes apresentem balanços patrimoniais revisados sem considerar as divergências, visando facilitar o processo de consolidação.</p> <p>B) Desconsiderar as divergências e prosseguir com o processo de consolidação, uma vez que essas variações são comuns em organizações de grande porte.</p> <p>C) Realizar uma revisão minuciosa dos registros contábeis para identificar e corrigir as divergências antes de prosseguir com a consolidação.</p> <p>D) Adiar o processo de consolidação até que todos os entes dependentes estejam alinhados em relação aos registros contábeis, garantindo a precisão das demonstrações consolidadas.</p>
<p>24. Com base no princípio orçamentário da especificação, é correto afirmar que:</p> <p>A) O orçamento deve ser elaborado e autorizado com periodicidade anual, coincidindo o exercício financeiro com o ano civil.</p> <p>B) As parcelas das receitas e das despesas devem ser incluídas no orçamento pelos seus totais, sem quaisquer deduções.</p> <p>C) A receita e a despesa devem ser detalhadas para que não figurem de forma global no orçamento.</p> <p>D) Todas as receitas e despesas constarão na Lei Orçamentária.</p>	<p>27. É correto afirmar que nas licitações em que se adote a modalidade de concorrência, o critério de julgamento poderá ser:</p> <p>A) Maior preço.</p> <p>B) Melhor técnica ou conteúdo artístico.</p> <p>C) Menor desconto.</p> <p>D) Igual retorno econômico.</p>
<p>25. Suponha que, durante um inventário na Administração Pública, seja identificado que um determinado bem patrimonial, um veículo oficial, não se encontra no local indicado nos registros. Considerando os objetivos e a importância do inventário, assinale a alternativa que indica a providência mais adequada:</p> <p>A) Registrar a ocorrência e notificar imediatamente os agentes públicos responsáveis pela guarda do veículo.</p> <p>B) Ignorar a situação, pois pode se tratar de um equívoco no registro do inventário.</p> <p>C) Encerrar o inventário sem registrar a ocorrência, pois a responsabilidade pela gestão dos bens é exclusiva dos agentes públicos.</p> <p>D) Reportar a situação apenas após a conclusão do inventário, para evitar interrupções no processo.</p>	<p>28. A Lei n. 14/133/21 previu diversas modalidades de licitação, sendo uma delas:</p> <p>A) O diálogo autorizado.</p> <p>B) O lance.</p> <p>C) O diálogo paritário.</p> <p>D) O concurso.</p>
	<p>29. Considere as afirmativas relacionadas às cláusulas contratuais obrigatórias dos contratos celebrados com a administração pública, apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:</p> <p>(_) A vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta.</p>

(_) A legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos.

(_) O preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

Assinale a alternativa com a sequência, de cima para baixo, correta:

- A) F – F – F
- B) V – F – V
- C) V – F – F
- D) V – V – V

30. Acerca da exaustão como conceito contábil, é correto afirmar que:

- A) Refere-se à depreciação de bens utilizados em atividades de exploração de recursos naturais.
- B) Representa a perda de valor das organizações do setor de recursos naturais ao longo do tempo.
- C) É um conceito exclusivo para empresas que atuam na produção de café.
- D) Corresponde ao aumento do valor dos ativos ao longo do tempo.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Considere as afirmativas relacionadas à fonologia, apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

1.() Como não há necessariamente correspondência entre as letras e os fonemas

2.() Os fonemas da língua portuguesa são classificados em vogais, semivogais e consoantes.

3.() As vogais desempenham o papel de núcleo das sílabas. Em termos práticos, isso significa que em toda sílaba há necessariamente uma única vogal.

Assinale a alternativa com a sequência respectivamente correta:

- A) F – F – V
- B) V – V – V
- C) V – F – F
- D) F – F – F

2. Há alguns encontros vocálicos átonos e finais que são chamados de instáveis. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de encontro vocálico instável:

- A) Ideia
- B) Cantaram
- C) Tênué
- D) Amaram

3. Assinale a alternativa que contém apenas dígrafo vocálico:

- A) Ascensão, campo
- B) Descendência, aquilo
- C) Guelra, questão
- D) Limpo, sunga

4. No contexto da linguística, qual das alternativas abaixo representa a definição adequada de ortoepia ou ortoépia?

- A) O nome que designa a parte da Fonologia que cuida da correta produção oral das palavras.
- B) Uma regra que define apenas a escrita correta das palavras, sem focar em sua pronúncia.

- C) Uma técnica utilizada exclusivamente em cirurgias médicas.
- D) O estudo das origens e histórias das palavras, com ênfase na sua evolução fonética.

5. No contexto das regras ortográficas da Língua Portuguesa, é importante conhecer o uso correto dos fonemas e suas respectivas representações gráficas para evitar erros de escrita. O FONEMA /g/ (representado pelas letras “g” e “j”) tem regras específicas para a sua correta aplicação. Usa-se a letra g:

Assim, avalie as proposições:

- I. nos substantivos terminados em -agem, -igem, -ugem.
- II. nas palavras terminadas em -ágio, -égio, -ígio, -ógio, -úgio.
- III. nas formas dos verbos terminados em -gar.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a proposição II está correta.
- B) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- C) Apenas a proposição III está correta.
- D) Apenas as proposições II e III estão corretas.

6. Um dos aspectos interessantes da ortografia é o uso correto das vogais nas palavras. Em particular, a escolha entre 'u' e outras vogais pode mudar o significado de uma palavra ou torná-la incorreta. Considerando este aspecto da língua, analise as sequências abaixo e identifique aquela em que todas as lacunas devem ser preenchidas exclusivamente com a letra 'u', respeitando as regras ortográficas do português:

- A) c()rtume, escap()lir, man()sear, sin()site
- B) esg()elar, reg()rgitar, p()leiro, ent()pir
- C) emb()lia, c()rtir, emb()tir, c()ringa
- D) ()rticária, s()taque, m()cama, z()ar

7. No contexto das regras de acentuação gráfica da Língua Portuguesa, analise as seguintes afirmações sobre o uso de acentos em palavras paroxítonas e oxítonas. Qual das seguintes alternativas está correta?

- A) Todas as palavras oxítonas devem ser acentuadas, independentemente de sua terminação.
- B) As palavras paroxítonas nunca recebem acento, independente de sua terminação.
- C) Apenas as palavras monossilábicas recebem acento gráfico.
- D) As regras de acentuação se regem por princípio da economia.

8. Na formação de palavras da língua portuguesa, a prefixação é um processo em que um prefixo é adicionado à base de uma palavra. Considerando esse conceito, identifique qual das seguintes alternativas exemplifica corretamente o uso da prefixação:

- A) Apavorar
- B) Unhada
- C) Antiinflação
- D) Empastelar

9. Considere as afirmativas relacionadas às Regras de Acentuação na Língua Portuguesa, apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

- (_)proparoxítonas - são todas acentuadas.
- (_)paroxítonas - são as palavras mais numerosas da língua e justamente por isso as que recebem menos acentos.
- (_)As regras de acentuação foram criadas para sistematizar a leitura das palavras portuguesas. Assinale a alternativa com a sequência, de cima para baixo, correta:

- A) V – V – V
- B) V – F – V
- C) V – F – F
- D) F – F – F

10. Selecione a opção que se associa ao conceito de 'debilidade', considerando o significado dos sufixos:

- A) Derme
- B) Céfalo
- C) Astenia
- D) Doxo

MATEMÁTICA

11. Considere os diferentes subconjuntos dos números reais. Qual das seguintes alternativas representa corretamente um número pertencente ao conjunto dos números irracionais?

- A) $\sqrt{25}$
- B) 2.75
- C) $\sqrt{2}$
- D) -6

12. Dado o conjunto dos números reais, qual das seguintes afirmações é verdadeira?

- A) Todo número natural é também um número complexo.
- B) Os números reais formam um subconjunto dos números naturais.
- C) Os números complexos não incluem os números reais.
- D) Nenhum número real é também um número racional.

13. Uma empresa precisa de 15 funcionários para concluir um projeto em 20 dias, trabalhando 8 horas por dia. Devido a uma urgência no prazo de entrega, a empresa decidiu aumentar a jornada diária de trabalho para 10 horas. Quantos funcionários serão necessários para concluir o projeto em 15 dias, mantendo a mesma eficiência?

- A) 12 funcionários
- B) 16 funcionários
- C) 18 funcionários
- D) 20 funcionários

14 Um veículo percorre 600 km em 8 horas, consumindo 40 litros de combustível. Se a velocidade e a eficiência do consumo de combustível permanecerem as mesmas, quantos litros de combustível serão necessários para que esse veículo percorra 900 km em 12 horas?

- A) 45 litros
- B) 60 litros
- C) 75 litros
- D) 90 litros

15 Em uma editora de livros, para imprimir uma determinada edição, sabemos que 3 impressoras, operando durante 5 dias, funcionando durante 4 horas por dia, conseguem imprimir 4.000 livros, que é a demanda mensal da editora. Durante o processo, uma das impressoras apresentou defeito, o que levou a editora a decidir por aumentar o número de dias de produção para 6 dias e o tempo de operação das impressoras para 8 horas por dia. Qual será a quantidade de livros impressos nessa nova configuração?

- A) 5.000 livros
- B) 6.000 livros
- C) 6.400 livros
- D) 7.000 livros

16 Uma padaria possuía 36 padeiros, conseguindo produzir 5.400 pães por dia, com uma jornada de trabalho diária dos padeiros de 6 horas. Entretanto, com a introdução de novas variedades de pães e uma campanha de marketing eficaz, o número de encomendas aumentou significativamente, elevando a demanda diária para 21.600 pães. Para atender a essa nova demanda, a padaria aumentou seu quadro de padeiros para 96. No entanto, a jornada de trabalho ainda precisa ser ajustada. Qual deve ser a nova jornada de trabalho diária dos padeiros para que a padaria consiga atender à demanda?

- A) 8 horas
- B) 9 horas
- C) 16 horas
- D) 24 horas

17. Um Barril de Envelhecimento de Vinho é uma forma de investimento na qual o cliente adquire participação no processo de envelhecimento do vinho, recebendo uma parte dos lucros, em condições pré-estabelecidas. Suponha que uma vinícola esteja oferecendo um Barril de Envelhecimento de Vinho com rendimento bruto (livre de impostos) de 1% ao mês, no sistema de juros compostos. Analisando a proposta, um cliente decide que poderá manter um investimento na vinícola por seis meses, obtendo uma taxa de:

- A) 6,00%
- B) 7,10%
- C) 6,50%
- D) 6,15%

18. Um serviço de streaming de vídeo pratica sobre o seu plano premium uma taxa de reajuste de 11% ao mês. Para cada R\$100 do plano premium, o serviço cobra R\$111 no primeiro mês, R\$123,21 no segundo mês, e assim por diante. Sobre um plano de R\$100, ao final de um ano, o serviço de streaming irá cobrar aproximadamente:

- A) R\$314,00
- B) R\$349,85
- C) R\$1.384,23
- D) R\$1.464,10

19. Um agricultor investe R\$ 1.000,00 na aquisição de sementes de uma planta especial, que se valoriza a uma taxa de crescimento composto de 2% ao ano devido à sua raridade e demanda. Determine o valor total das sementes após dois anos.

- A) R\$ 1.020,00
- B) R\$ 1.040,00
- C) R\$ 1.040,40
- D) R\$ 1.080,00

- 20** Uma característica fundamental das progressões aritméticas é a relação entre seus termos consecutivos. Dado isso, como podemos caracterizar o termo médio (a_n) entre dois termos consecutivos numa progressão aritmética, $a_{(n-1)}$ e $a_{(n+1)}$?
- A) O termo médio é sempre o dobro da soma dos termos das pontas.
 - B) O termo médio é encontrado subtraindo o primeiro termo do último.
 - C) O termo do meio é a média aritmética dos termos das pontas.
 - D) O termo médio é sempre igual ao termo inicial mais a razão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21.** Tramitou no Congresso Nacional Proposta de Emenda à Constituição (PEC) visando alterar importante regra constitucional acerca dos direitos de aposentadoria dos servidores públicos. A PEC foi submetida às formalidades da votação prevista na Constituição Federal, aprovada com 420 votos na Câmara dos Deputados e 63 votos no Senado Federal, e devidamente promulgada. Tempos depois, em Comissão Parlamentar de Inquérito realizada, apurou-se que dez Deputados Federais receberam dinheiro de forma ilícita para votar a favor da referida PEC. Parlamentares contrários à medida ingressaram devidamente com Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, defendendo que o recebimento de propina para favorecer a votação inquinava o projeto de vício de inconstitucionalidade. Considerando essa situação hipotética, assinale a alternativa correta:
- A) Não é possível o reconhecimento da inconstitucionalidade por vício de decoro parlamentar. Trata-se de posição pacífica e remansosa do Supremo Tribunal Federal. As inconstitucionalidades derivam de critérios

materiais ou formais, sendo impossível perquirir a intenção íntima do parlamentar no momento da votação, haja vista que, embora tenha recebido propina para votar a favor ou contra determinada medida, é impossível saber qual seria o voto do parlamentar caso não tivesse recebido a verba ilícita, pois, ainda neste caso, seu voto poderia ser no mesmo sentido.

- B) É possível o reconhecimento da inconstitucionalidade por vício de decoro parlamentar, em razão de vícios no princípio da moralidade decorrentes, dentre outros, de recebimento de propina para votação. No caso narrado, a inconstitucionalidade está presente, eis que quando ocorre a compra de ao menos um voto, isso já é suficiente para influenciar os ânimos dos demais candidatos e alterar diretamente o resultado da eleição.
- C) Não é possível o reconhecimento da inconstitucionalidade por vício de decoro parlamentar. Trata-se de posição pacífica e remansosa do Supremo Tribunal Federal. As inconstitucionalidades derivam de critérios materiais ou formais, e eventual vício nos princípios constitucionais no momento da votação é matéria que deve ser tratada por ocasião das eleições periódicas, quando os eleitores poderão avaliar e trocar o candidato, baseado no princípio democrático.
- D) É possível o reconhecimento da inconstitucionalidade por vício de decoro parlamentar, em razão de vícios no princípio da moralidade decorrentes, dentre outros, de recebimento de propina para votação. No entanto, no caso narrado, não há que se falar em inconstitucionalidade, porque a quantidade de votos comprados não foi nem seria suficiente para alterar o resultado da votação.

22. O Estado da Federação Y edita Lei relativa à cobrança de impostos que desagrada a diversos contribuintes, que ingressam com diversas ações no judiciário questionando a alteração. Em várias dessas ações, a Justiça reconhece a inconstitucionalidade da referida norma, pelo controle difuso, e determina seu afastamento. O Governador do Estado Y, preocupado com as reiteradas decisões de inconstitucionalidade e com impacto que elas teriam no orçamento do ano corrente, ingressa com uma Ação Direta de Constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, defendendo a constitucionalidade da norma e a sua manutenção no sistema jurídico estadual. Acerca dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- A) Tanto a ação direta de constitucionalidade quanto a ação direta de inconstitucionalidade possuem efeito dúplice, de forma que, na procedência da primeira, afasta-se a possibilidade de a norma ser considerada inconstitucional; e, no caso de procedência da segunda, é impossível o reconhecimento de sua constitucionalidade. No caso hipotético narrado, no entanto, a ação direta de constitucionalidade não poderia ter sido movida, tendo em vista que, embora goze de diversas semelhanças com a ADI, a ADC não pode ser movida contra Lei Estadual, ainda que por legitimado como é o Governador do Estado.
- B) Tanto a ação direta de constitucionalidade quanto a ação direta de inconstitucionalidade possuem efeito dúplice, de forma que, na procedência da primeira, afasta-se a possibilidade de a norma ser considerada inconstitucional; e, no caso de procedência da segunda, é impossível o reconhecimento de sua constitucionalidade. No caso hipotético narrado, é possível a propositura de ADC, tendo em vista que seu objeto de

controle é o mesmo que a ADI, ou seja, ato normativo ou lei federal e estadual, e o Governador é um de seus legitimados.

- C) Não há que se falar em efeito dúplice da ação direta de constitucionalidade ou inconstitucionalidade, eis que ambas são apenas analisadas com base nos estritos argumentos apresentados na petição inicial. Assim, a declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade é sempre provisória, eis que poderão surgir novos argumentos, inclusive emendas constitucionais, que poderão gerar a inconstitucionalidade ou constitucionalidade superveniente da norma. No caso hipotético narrado, no entanto, a ação direta de constitucionalidade não poderia ter sido movida, tendo em vista que, embora goze de diversas semelhanças com a ADI, a ADC não pode ser movida contra Lei Estadual, ainda que por legitimado como é o Governador do Estado.
- D) Não há que se falar em efeito dúplice da ação direta de constitucionalidade ou inconstitucionalidade, eis que ambas são apenas analisadas com base nos estritos argumentos apresentados na petição inicial. Assim, a declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade é sempre provisória, eis que poderão surgir novos argumentos, inclusive emendas constitucionais, que poderão gerar a inconstitucionalidade ou constitucionalidade superveniente da norma. No caso hipotético narrado, é possível a propositura de ADC, tendo em vista que seu objeto de controle é o mesmo que a ADI, ou seja, ato normativo ou lei federal e estadual, e o Governador é um de seus legitimados.

23. No ano de 2004, Felipe herdou uma grande área de terras rurais de seu tio Jacinto, mas por não ser do campo e sem compreender como poderia utilizar as terras, nada fez, ficando o local sem nenhuma construção ou

aproveitamento desde a data da finalização do inventário. No ano de 2024, Felipe recebe uma notificação em um processo movido pela União, afirmando que, por não cumprir a função social, a terra seria desapropriada para fins de reforma agrária. Inconformado com a decisão da União, Felipe procura seu advogado, e é corretamente informado que:

- A) A função da propriedade rural é cumprida quando ocorre, alternativamente, o seu aproveitamento racional e adequado; sua utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; a observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores, o que não era o caso da propriedade de Felipe, que ficou 20 anos sem utilização. Dessa forma, a decisão da desapropriação foi correta, e ela será feita mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida pública, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis em até 10 anos, contados a partir do primeiro ano de sua emissão.
- B) A função da propriedade rural é cumprida quando ocorre, cumulativamente, o seu aproveitamento racional e adequado; sua utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; a observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores, o que não era o caso da propriedade de Felipe, que ficou 20 anos sem utilização. Dessa forma, a decisão da desapropriação foi correta, e ela será feita mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida pública, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis em até 10 anos, contados a partir do segundo ano de sua emissão.

- C) A função da propriedade rural é cumprida quando ocorre, cumulativamente, o seu aproveitamento racional e adequado; sua utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; a observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores, o que não era o caso da propriedade de Felipe, que ficou 20 anos sem utilização. Dessa forma, a decisão da desapropriação foi correta, e ela será feita mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis em até 20 anos, contados a partir do segundo ano de sua emissão.
- D) A função da propriedade rural é cumprida quando ocorre, alternativa, o seu aproveitamento racional e adequado; sua utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; a observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores, o que não era o caso da propriedade de Felipe, que ficou 20 anos sem utilização. Dessa forma, a decisão da desapropriação foi correta, e ela será feita mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis em até 20 anos, contados a partir do primeiro ano de sua emissão.

24. Daniel, pretendendo se mudar com sua família, comprou uma casa no sertão brasileiro, sendo fiel admirador da cultura sertaneja. Após a formalização da compra e registro do bem, é informado por historiadores locais que há anos tramitava pesquisa acadêmica sobre o imóvel adquirido, e que as suspeitas dos estudiosos

havia sido confirmadas: o imóvel, de fato, havia pertencido e teria servido de moradia a Antônio Conselheiro, mais importante expoente da Guerra de Canudos. Diante dessa importante descoberta, o Poder Público local determina o tombamento do imóvel, que, após regular procedimento administrativo, é registrado na matrícula do bem e passa a produzir seus efeitos. Ocorre que, diante da descoberta, o imóvel de Daniel passa a ser objeto de visitas de diversas pessoas e estudiosos, o que lhe incomoda e faz com que ele decida reformar o imóvel e o alienar pelo preço de mercado, para que possa se mudar do local. Além disso, também pretende receber justa indenização pelo ato do tombamento que tolheu significativamente seu direito de propriedade. Assim, Daniel procura um advogado e é informado que:

A) Diante dos efeitos do tombamento, eventuais reformas somente poderão ser realizadas após autorização do Poder Público. Além disso, o tombamento não gera nenhum direito de indenização, e, no caso de alienação, o Poder Público deverá ter preferência na aquisição. No caso de não ser garantido esse direito de preferência, o Poder Público poderá sequestrar o imóvel e aplicar multa ao adquirente e ao alienante.

B) Diante dos efeitos do tombamento, eventuais reformas somente poderão ser realizadas após autorização do Poder Público. Além disso, o tombamento gera direito de indenização, diante das restrições ocorridas no direito de propriedade. No caso de alienação, o Poder Público deverá ter preferência na aquisição. No caso de não ser garantido esse direito de preferência, o Poder Público poderá sequestrar o imóvel e aplicar multa ao adquirente e ao alienante.

C) Diante dos efeitos do tombamento, eventuais reformas somente poderão ser realizadas após autorização do Poder Público. Além disso, o tombamento não gera nenhum direito de indenização, e, no caso de alienação, o Poder Público não terá preferência na aquisição. Caso pretenda adquirir o imóvel, o Poder Público deverá fazer oferta ao proprietário, que poderá ou não aceitar, ainda que em concorrência com demais possíveis compradores.

D) Diante dos efeitos do tombamento, eventuais reformas somente poderão ser realizadas após autorização do Poder Público. Além disso, o tombamento não gera nenhum direito de indenização, e, no caso de alienação, o Poder Público deverá ter preferência na aquisição. No caso de não ser garantido esse direito de preferência, o Poder Público apenas poderá buscar as medidas cabíveis junto ao Poder Judiciário.

25. Larissa é servidora ente público situado no Estado Y, embora resida no vizinho Estado X. Em certo dia, recebeu uma citação de um Oficial de Justiça acerca de um processo de improbidade administrativa, por supostos atos de improbidade que teria praticado enquanto servidora do ente público em que trabalha, e que tramitava em uma Vara Judicial de uma Comarca do Estado Y. Citada, foi informada de que teria o prazo de 15 dias para contestar a ação de improbidade. Muito confusa e preocupada com a situação, Larissa demora a procurar um advogado para defende-la, constituindo patrono e apresentando contestação cinco dias após o término do prazo de 15 dias previsto na citação. Em sua defesa, Larissa alega que:

I. Por residir no Estado X, a ação deveria ser ali proposta, padecendo a Vara onde tramita

a ação de incompetência absoluta para processamento da ação. Isso porque, conforme prevê a Lei n. 8.429/92, a ação de improbidade deve ser proposta no foro de domicílio do réu, a fim de favorecer o contraditório e ampla defesa, além de garantir o princípio da paridade de armas.

II. O prazo para contestação na ação de improbidade é de 30 dias, e não de 15 dias, razão pela qual sua defesa deve ser considerada tempestiva.

III. No caso de intempestividade de sua defesa, defende que não haverá presunção de veracidade dos fatos alegados na petição inicial, diante da previsão expressa acerca desse tema contida na Lei n. 8.429/92.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a proposição I está correta.
- B) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- C) Apenas a proposição III está correta.
- D) Apenas as proposições I e III estão corretas.

26. O loteamento “Casa Feliz” atua no ramo de venda de imóveis na planta e aliena para o casal Cristina e Francisco um imóvel pelo montante total de R\$ 200.000,00, mas permanece como proprietário registral do bem até o término do pagamento das parcelas. Após alguns anos, Cristina e Francisco terminam de efetuar o pagamento do bem, mas não providenciam a transferência registral do imóvel para seu nome. Em razão de dificuldades financeiras, Cristina e Francisco deixam de quitar algumas parcelas do IPTU do bem. Ciente disso, o Município lavra a referida certidão de dívida ativa e executa os valores judicialmente, diretamente do proprietário registral, ou seja, o loteamento “Casa Feliz”. Irresignado, o loteamento apresenta embargos à execução fiscal defendendo sua ilegitimidade passiva, porque, embora ainda seja proprietário registral, o bem não mais lhe pertence de fato e requerendo o

direcionamento da execução fiscal contra os reais proprietários. Sobre essa situação hipotética, é correto afirmar que:

- A) Os argumentos do loteamento “Casa Feliz” podem ser acolhidos. Os embargos à execução fiscal admitem todos os meios de prova, e, provada a venda do bem por contratos ou testemunhas, a Fazenda Pública não tem escolha a não ser demandar os proprietários de fato.
- B) Os argumentos do loteamento “Casa Feliz” não podem ser acolhidos, tendo em vista que o contribuinte do IPTU pode ser seu proprietário registral, e eventual existência de negócio jurídico entre o loteamento e os adquirentes não pode ser oposta em face da Fazenda Pública. Mas apesar disso, é possível exigir o redirecionamento da execução fiscal em razão da situação de fato comprovada.
- C) Os argumentos do loteamento “Casa Feliz” não podem ser acolhidos, tendo em vista que o contribuinte do IPTU pode ser seu proprietário registral, e eventual existência de negócio jurídico entre o loteamento e os adquirentes não pode ser oposta em face da Fazenda Pública. Além disso, também não é possível exigir o redirecionamento da execução fiscal, e eventuais valores pagos pelo loteamento na execução deverão ser cobrados dos adquirentes em ação própria.
- D) Os argumentos do loteamento “Casa Feliz” podem ser acolhidos. Os embargos à execução fiscal admitem todos os meios de prova, e, provada a venda do bem por contratos ou testemunhas, a Fazenda Pública deverá demandar diretamente os proprietários de fato, seja por meio de redirecionamento da execução ou por meio de outra ação própria, diante da patente ilegitimidade passiva do loteamento.

27. Dimas é proprietário de um imóvel residencial que está há centenas de anos em sua família: foi adquirido por seu tetravô e foi transmitido de geração em geração, e pretende deixar como legado para seus dois filhos. Ocorre que, por severas dificuldades financeiras, precisa alienar o imóvel, e procura auxílio jurídico de seu advogado para saber se existem meios legais possíveis para garantir que possa reaver o imóvel em momento oportuno. Além disso, indaga seu advogado se, acaso faleça por qualquer motivo, se seus dois filhos também poderiam reaver o imóvel de alguma forma. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que:

- A) Essa hipótese é abarcada pela retrovenda, que possui prazo decadencial de dois anos para ser exercida. Pretendendo reaver o imóvel dentro desse prazo, Dimas deverá restituir o preço recebido e reembolsar as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se efetuaram com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias. No caso de recusa do pagamento pelo adquirente, Dimas deverá realizar um depósito administrativo, tal como ocorre na consignação em pagamento, e esse direito de retrovenda é transmissível aos herdeiros, que poderão, caso Dimas faleça dentro do prazo decadencial, exigir a devolução do imóvel do adquirente.
- B) Essa hipótese é abarcada pela retrovenda, que possui prazo prescricional de três anos para ser exercida. Pretendendo reaver o imóvel dentro desse prazo, Dimas deverá restituir o preço recebido e reembolsar as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se efetuaram com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias. No caso de recusa do pagamento pelo

adquirente, Dimas deverá realizar um depósito judicial, e esse direito de retrovenda é transmissível aos herdeiros, que poderão, caso Dimas faleça dentro do prazo prescricional, exigir a devolução do imóvel do adquirente.

- C) Essa hipótese é abarcada pela retrovenda, que possui prazo prescricional de três anos para ser exercida. Pretendendo reaver o imóvel dentro desse prazo, Dimas deverá restituir o preço recebido e reembolsar as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se efetuaram com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias. No caso de recusa do pagamento pelo adquirente, Dimas deverá realizar um depósito administrativo, tal como ocorre na consignação em pagamento, e esse direito de retrovenda é transmissível aos herdeiros, que poderão, caso Dimas faleça dentro do prazo prescricional, exigir a devolução do imóvel do adquirente.
- D) Essa hipótese é abarcada pela retrovenda, que possui prazo decadencial de três anos para ser exercida. Pretendendo reaver o imóvel dentro desse prazo, Dimas deverá restituir o preço recebido e reembolsar as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se efetuaram com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias. No caso de recusa do pagamento pelo adquirente, Dimas deverá realizar um depósito judicial, e esse direito de retrovenda é transmissível aos herdeiros, que poderão, caso Dimas faleça dentro do prazo decadencial, exigir a devolução do imóvel do adquirente.

28. Natália e Miriam celebram um contrato de compra e venda parcelada de um veículo. Ao receber o bem, Natália deveria efetuar o pagamento de 24 parcelas de R\$ 1.000,00 a Miriam. As partes convencionaram que o pagamento das parcelas deveria ser realizada em dinheiro, presencialmente, na residência de Miriam. Ocorre que, desde a primeira parcela, por questões logísticas, Natália não consegue fazer o pagamento presencialmente e em dinheiro, fazendo-o por intermédio de transferência bancária, fato de que Miriam nunca reclamou. Ocorre que, por ocasião da vigésima parcela, Miriam, maliciosamente, pretendendo obter o veículo de volta e romper o contrato, denuncia judicialmente o contrato alegando descumprimento pelo fato de Natália não efetuar os pagamentos na forma convencionada – ou seja, em dinheiro e presencialmente. Considerando a referida situação hipotética, assinale a alternativa correta:

A) A rescisão contratual não é possível diante da boa-fé objetiva contratual, da qual decorre o instituto da *supressio* e o princípio da vedação da *venire contra factum proprium*. A *supressio* ocorre quando as partes contratuais adotam comportamentos que contradigam seu próprio comportamento, de forma que o aceite sem contestação dos pagamentos em transferência bancária por longo tempo impede sua contestação posterior, configurando nítido comportamento contraditório. Além disso, o princípio da vedação do comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*) ocorre quando o credor de uma relação jurídica não exerceu seu direito por longo tempo, de forma que isso gerou a justa expectativa no devedor de que ele continuaria sem exigir esse direito, podendo-se considerar, portanto, que aquela obrigação contratual deixou de existir.

B) A rescisão contratual não é possível diante da boa-fé objetiva contratual, da qual decorre o instituto da *supressio* e o princípio da vedação da *venire contra factum proprium*. A *supressio* ocorre quando o credor de uma relação jurídica não exerceu seu direito por longo tempo, de forma que isso gerou a justa expectativa no devedor de que ele continuaria sem exigir esse direito, podendo-se considerar, portanto, que aquela obrigação contratual deixou de existir. Além disso, o princípio da vedação do comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*) impede que as partes contratuais adotem comportamentos que contradigam seu próprio comportamento, de forma que o aceite sem contestação dos pagamentos em transferência bancária por longo tempo impede sua contestação posterior, configurando nítido comportamento contraditório.

C) A rescisão contratual é possível, tendo em vista que Natália descumpriu frontalmente dever contratual. Não há que se falar nos institutos da *supressio* e da vedação da *venire contra factum proprium* em se tratando de prestações continuadas. Tratando-se de obrigações que se sucedem no tempo, as obrigações contratuais incidem sobre cada parcela, individualmente, sendo impossível considerar a forma de cumprimento das parcelas anteriores como parâmetro de cumprimento das parcelas futuras.

D) A rescisão contratual é possível, tendo em vista que, descumprida a obrigação de pagamento presencial e em dinheiro, o contrato já se considera rescindido e inválido desde a primeira parcela, sendo que os demais pagamentos são considerados mero cumprimento de obrigação natural, ante a rescisão de pleno direito ocorrida.

29. Rubens é pessoa idosa, contando atualmente com 70 anos de idade, e tem vasta propriedade constituída de bens móveis e imóveis. Seu filho, Mário, com quem Rubens nunca teve uma boa relação, de má-fé e valendo-se da condição de idoso de seu pai, lavra uma procuração outorgando-lhe direitos de alienação e retenção de valores do patrimônio de seu pai. Ao dar o documento para seu pai assinar, afirma que se trata de burocracias de rotina, apenas objetivando obter uma isenção de imposto. Diante da recusa de seu pai, Mário o coage a assinar, afirmando que, caso não o fizesse, “coisas ruins poderiam lhe acontecer”. Rubens, coagido, assina o referido documento e Mário passa a se tornar procurador de seu pai com diversos poderes sobre seus bens. Acerca dessa situação hipotética, e considerando as disposições previstas no Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03), considere as seguintes assertivas:

() O Estatuto do Idoso previu diversos mecanismos de proteção à pessoa idosa. Um deles é a possibilidade de aplicação do rito da Lei 9.099/95 aos crimes praticados contra os idosos. Longe de representar benefício ao réu, a possibilidade de incidência do referido diploma normativo visa garantir celeridade à tramitação dos crimes praticados contra os idosos, garantindo-se a duração razoável do processo considerando a avançada idade dos titulares de seus direitos. No caso concreto, portanto, ao crime praticado por Mário será aplicada as disposições da Lei n. 9.099/95, ou seja, o procedimento sumaríssimo.

() A conduta de Mário não configura um crime previsto especificamente no Estatuto do Idoso. Na verdade, a conduta de Mário configura estelionato, previsto no art. 171, do Código Penal, e, por isso, não serão

aplicáveis as disposições da Lei n. 9.099/95, ante o afastamento das disposições do Estatuto do Idoso.

() Embora aplicável o Estatuto do Idoso ao presente caso, diante da tipificação específica da conduta de Mário naquele diploma normativo, não são aplicáveis as disposições da Lei n. 9.099/95 ao presente caso, em razão da quantidade máxima de pena fixada ao delito, que é de cinco anos de reclusão.

Assinale a alternativa com a sequência, de cima para baixo, correta:

- A) F – F – V
- B) V – F – V
- C) V – F – F
- D) F – F – F

30. Antônio pretende se candidatar a prefeito nas eleições municipais de sua cidade. Ocorre que Antônio sempre foi conhecido na cidade por sua baixa escolaridade, sem ter completado o ensino fundamental, mas goza de muito prestígio no seio social e é apontado como o possível vencedor do pleito. Após a realização do registro de sua candidatura de Antônio e seu vice, Cristiano, a oposição propõe ação de cassação do registro apenas contra Antônio, afirmando que ele seria analfabeto e, portanto, inelegível. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que:

- A) A ação é regular, tendo em vista que inexistente litisconsórcio necessário entre o titular e o vice da chapa nas ações que visem à cassação do registro da candidatura, pois todas as inelegibilidades são individuais. Além disso, para comprovar a condição de elegibilidade, bastará que Antônio providencie a juntada de seu CNH nos autos, gerando presunção de escolaridade

necessária para o desempenho de suas funções, nos termos do entendimento consolidado do Tribunal Superior Eleitoral

- B) A ação deveria ter sido obrigatoriamente proposta contra Antônio, Cristiano e o partido político que ambos integram, diante do litisconsórcio necessário existente entre nas ações de cassação de registro, em que devem figurar, obrigatoriamente, também o vice da chapa e o partido que integram. Além disso, para comprovar a condição de elegibilidade, bastará que Antônio providencie a juntada de seu CNH nos autos, gerando presunção de escolaridade necessária para o desempenho de suas funções, nos termos do entendimento consolidado do Tribunal Superior Eleitoral.
- C) A ação deveria ter sido obrigatoriamente proposta contra Antônio e Cristiano, diante do litisconsórcio necessário existente entre nas ações de cassação de registro, em que devem figurar, obrigatoriamente, também o vice da chapa. Além disso, para comprovar a condição de elegibilidade, Antônio deverá requerer a produção de prova testemunhal e pericial, a fim de demonstrar que possui a escolaridade necessária. A mera juntada de CNH não é suficiente para essa finalidade, nos termos do entendimento consolidado do Tribunal Superior Eleitoral.
- D) A ação deveria ter sido obrigatoriamente proposta contra Antônio e Cristiano, diante do litisconsórcio necessário existente entre nas ações de cassação de registro, em que devem figurar, obrigatoriamente, também o vice da chapa. Além disso, para comprovar a condição de elegibilidade, bastará que Antônio providencie a juntada de seu CNH nos autos, gerando presunção de escolaridade necessária para o desempenho de suas funções, nos termos do entendimento consolidado do Tribunal Superior Eleitoral.

PROVA DISCURSIVA

A PROVA DISCURSIVA constituir-se-á na elaboração de uma peça prático-profissional na forma de parecer jurídico, tomando-se por base as atribuições do cargo público transcritas no conteúdo programático.

A PROVA DISCURSIVA deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, cujo texto deverá ter a extensão máxima de 60 (sessenta) linhas.

Parecer:

A Prefeitura Municipal de Flor de Lótus está considerando a contratação direta da empresa "Luz Transparente Consultoria Ltda." para a realização de serviços de assessoria técnica especializada em transparência pública. O valor estimado para o serviço é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Devido ao montante envolvido e à especificidade do serviço, a administração municipal está ponderando sobre a possibilidade de dispensa de licitação, conforme permitido pela legislação vigente, e solicita um parecer jurídico para avaliar a legalidade e os procedimentos necessários para a contratação direta. Considerando o contexto apresentado, formule o parecer jurídico:

